

Trata-se de processo administrativo para a contratação de curso *IN COMPANY* do tipo seminário, com o tema “Potencialidades e problemas da relação profissional Diretores e Oficiais de Justiça”, o qual integra a programação do 1º ENCONTRO DE OFICIAIS DE JUSTIÇA, na modalidade presencial, com disponibilidade de 90 vagas, e carga horária de 03 horas, destinado aos Oficiais de Justiça e Diretores participantes do evento. O curso será realizado pela juíza aposentada ROSEMEIRE LOPES FERNANDES, CPF nº 254.372.165-72, com valor total de R\$ 1.440,00 (R\$ 480,00 por hora/aula).

  
BRUNO  
MOTTA  
DE  
ANDRADE  
18/09/2024 11:21

  
KARINA  
MUNIZ  
MACHADO  
18/09/2024 11:54

O processo encontra-se instruído com os seguintes documentos:

- 1 - Documento de Formalização da Demanda (Doc. 02);
- 2 - Termo de Referência (Doc. 03) elaborado pela Escola Judicial, com a justificativa da contratação, demonstrando a notória especialização, indicando como fundamentação legal a inexigibilidade de licitação, disposta no art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21;
- 3 - Proposta da contratada (Doc. 04);
- 4 - Justificativa do preço, conforme razões expostas no Termo de Referência e documentos que comprovam a razoabilidade /justificativa do preço: valor da hora-aula está abaixo dos parâmetros definidos na Tabela de Remuneração dos Profissionais de Ensino Contratados por este Regional conforme § 4º do Art. 6º do ATO TRT5 n.º 0427/2014;
- 5 - Documentação que comprova a regularidade fiscal e trabalhista; Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Portal da Transparência e Certidão Negativa de Vínculo com o órgão (Doc. 13);
- 6 - Autorização do Ordenador de despesa para continuidade da contratação (Doc. 15);
- 7 - Disponibilidade Orçamentária (Doc. 17);
- 8 - Sugestão de enquadramento realizado pela Coordenadoria de Licitações e Contratos com base no art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21 (Doc. 14).

Convém registrar, que estão incluídos no conceito de curso “in company” todos aqueles eventos restritos ao público-alvo do TRT5, que serão ministrados para servidores do Tribunal. Ou seja, englobam aqueles eventos acessíveis apenas aos integrantes do quadro institucional e realizados de acordo com a metodologia, demanda, carências e o horário definidos pelo contratante.

Em conformidade com a instrução processual e com o Parecer Referencial nº 1 /2023 da Secretaria de Assessoramento Jurídico, a Escola Judicial ratifica o enquadramento da despesa no art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21, sugerido pela unidade demandante.

Dito isto, convém observar o posicionamento da Secretaria de Assessoramento Jurídico deste Tribunal, exarado no PARECER JURÍDICO REFERENCIAL nº 1/2023, Doc.2 do PROAD 8601/2023, com recomendações para a uniformização da instrução dos processos destinados a contratação de curso fechado/in company, organizadas em tópicos, abaixo transcritos :

*DA CARACTERIZAÇÃO DA HIPÓTESES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PREVISTA NO ART. 74, III, “F” DA LEI 14.133/2021*

- a) INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO - não basta simplesmente descrever no processo o objeto como “capacitação e treinamento” ou “contratação de curso in company”, sendo necessário demonstrar que se trata de serviço técnico especializado listado no art. 6º da Lei 14.133/2021, voltado ao treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal e executado por profissional ou empresa de notória especialização.*
- b) SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO - o serviço a ser contratado enquadra-se como serviço especializado porquanto preenche a definição imposta pela Lei 14.133/2021 no inciso XVIII do art. 6º: serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual;*
- c) DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO - o Termo de Referência precisa apontar em tópicos específicos as informações relativas à notória especialização, acompanhado dos documentos pertinentes e correspondentes (currículos, folder, conteúdo programático, técnicas especiais, títulos de especialização dentre outros disponíveis);*
- d) O SERVIÇO NÃO PODE SER DE PUBLICIDADE OU DE DIVULGAÇÃO;*
- e) O SERVIÇO DEVE SER VOLTADO AO TREINAMENTO OU APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL.*

*DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL*

- a) **DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA** – documento inicial do processo onde deverá ser retratada a necessidade do setor demandante;
- b) **TERMO DE REFERÊNCIA** - conceituado pelo art.6º, XXIII, da Lei 14.133/2021 como sendo o documento necessário para a contratação de serviços, no formato padrão simplificado aprovado pelo Grupo de Trabalho deste TRT5 e que se encontra disponibilizado para a Escola Judicial, unidade que cuida dessas contratações;
- c) **ESTIMATIVA DA DESPESA** – lastreada por meio da proposta da empresa ou do profissional;
- d) **PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** – conforme informação da unidade competente;
- e) **COMPROVAÇÃO DE QUE O CONTRATADO PREENCHE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA** - entendemos que podem ser dispensadas as exigências referentes à qualificação econômico-financeira e as certidões de regularidade fiscal estadual e municipal quando o valor do curso se limitar a ¼ (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral. Esse valor deve ser aferido ano a ano posto que ocorrerão atualizações periódicas no limite para dispensa de licitação
- f) **DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO** – além de tópico evidenciando justificativa do preço, a unidade demandante deve anexar os documentos que possibilitem a comparação com aquele preço cobrado pela contratada a outros órgãos ou empresas ou outros documentos igualmente idôneos, conforme preconizado pelo §4º do art. 23 da Lei 14.133/2021:

Art. 23. (...) §4º. Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Da leitura dos autos, vê-se o atendimento dos itens relacionados no citado parecer, necessários à aplicação do art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21.

Em 18/09/2024

BRUNO MOTTA DE ANDRADE  
Coordenadoria Executiva  
Diretoria-Geral

Trata-se de processo administrativo para a contratação de seminário *IN COMPANY*, com o tema “Potencialidades e problemas da relação profissional Diretores e Oficiais de Justiça”, o qual integra a programação do 1º ENCONTRO DE OFICIAIS DE JUSTIÇA, na modalidade presencial, com disponibilidade de 90 vagas e carga horária de 03 horas, através de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21.  
Considerando o PARECER JURÍDICO REFERENCIAL nº 1/2023 da Secretaria de Assessoramento Jurídico, constante no Doc. 2 do PROAD 8601/2023 e o cumprimento de suas recomendações, **declaro inexigível a licitação de acordo com o art. 74, III, “f” da Lei de 14.133/21:**

| CONTRATADA                                       | Valor Total  |
|--------------------------------------------------|--------------|
| ROSEMEIRE LOPES FERNANDES<br>CPF: 254.372.165-72 | R\$ 1.440,00 |

À SOF para emissão da Nota de Empenho.  
Ato contínuo, à CLC para o registro no PNCP da declaração da inexigibilidade, bem como da Nota de Empenho.  
Após, à Escola Judicial para as providências pertinentes à realização da capacitação.

Em 18/09/2024

Karina Muniz Machado  
**Diretora-Geral em exercício**



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

ANA CARINA  
VARELA  
MARTINS  
MAIA  
13/09/2024 09:22

**TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**  
**CONTRATAÇÃO DE EVENTO DE CAPACITAÇÃO**  
**LEI Nº 14.133/2021**

**1. OBJETO** (Art. 6º, Inciso XXIII, alíneas “a” e “c”)

**1.1** Contratação de capacitação, conforme dados a seguir:

|                              |                                             |
|------------------------------|---------------------------------------------|
| Nome do evento:              | 1º ENCONTRO DE OFICIAIS DE JUSTIÇA          |
| Unidade Promotora do evento: | Escola Judicial                             |
| Contratado(a):               | ROSEMEIRE LOPES FERNANDES                   |
| Unidade demandante:          | SECRETARIA DE EXECUÇÃO E EXPROPRIAÇÃO - SEE |
| CATSER:                      | 20656 – Seminário/Palestra                  |
| ITEM DE EXECUÇÃO:            | 151062024000014                             |

**2. PÚBLICO ALVO**

Oficiais de Justiça e Diretores, ambos da Capital convocados pela Presidência do TRT5.

**3. PREVISÃO NO PLANO DE CAPACITAÇÃO ANUAL**

A demanda está prevista no Plano de Capacitação Anual?

( X ) Sim ( ) Não ( ) A unidade não possui Plano de Capacitação

**4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO** (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “b”)

O 1º Encontro de Oficiais de Justiça da Capital a ser realizado no dia 26/09/2024, no auditório da Escola Judicial, para os Oficiais de Justiça da Capital, com a participação de

Sara Cunha, psicóloga do TRT5, o professor Marcelo Demarzo e a juíza aposentada Dra. Rosemeire Lopes Fernandes.

O evento terá duração total de 6 horas, sendo estruturado da seguinte forma:

- no turno matutino: das 9h às 10h, o intuito é oportunizar uma roda de conversa sobre o “bem-estar na vida profissional pós-pandemia”, condizido pela psicóloga Sara Cunha Bittencourt com os Oficiais de Justiça da Capital, com o objetivo de promover um momento de escuta das demandas específicas dessa categoria de servidores, visto que desempenham atividade considerada solitária e vulnerável ante a realidade de violência urbana: “Bem-estar dos Oficiais de Justiça na atualidade: possibilidades e desafios” (já incluindo resultados de pesquisa piloto via projeto Semente neste público). A sugestão é que ocorra um breve intervalo das 10h às 10h30. No período das 10h30 às 12h, o professor Dr. Marcelo Demarzo trará o tema: “Desenvolvendo estratégias práticas de bem-estar e autocuidado”.

- no turno vespertino: das 14h às 17h, será um momento de reflexão sobre as potencialidades e problemas da relação profissional Diretores e Oficiais de Justiça, com metodologia ativa, entre os Oficiais de Justiça e os Diretores de Varas da Capital, com o intuito de padronizar as rotinas, estreitar o diálogo e maximizar os esforços em prol da efetividade na execução trabalhista.

Os Oficiais de Justiça e Diretores de Varas serão convocados pela Presidência do Tribunal.

Alinhamento: o conjunto de atividades formativas desta atividade está alinhado às diretrizes previstas nos eixos/subeixos teórico-práticos de competências gerais/específicas da Resolução da ENAMAT nº 35, de 06 de dezembro de 2023, conforme abaixo:

Eixo(s): Alteridade; Direito e Sociedade

Subeixo(s): Relacionamento Institucional; Sustentabilidade, Direito do Trabalho e Meio Ambiente

Competências:

1. praticar relacionamento institucional colaborativo com a Presidência, a Ouvidoria, a Corregedoria, a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho, os Conselhos e os Colegiados temáticos, além de outros setores institucionais.

2. Compreender, proteger e promover o meio ambiente do trabalho equilibrado.

Descrições e dimensões:

1. interagir com as entidades públicas do Poder Judiciário da região de jurisdição (Varas estaduais, federais etc.) e com outras entidades públicas e privadas afins ao exercício jurisdicional (OAB, MPT, sindicatos, universidades, movimentos sociais e RFB, por exemplo).

2. Conhecer e antecipar medidas de prevenção e precaução aos novos riscos para a saúde, a segurança e a higiene do trabalho (nanotecnologia, biotecnologia, etc)

**5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “d”)

**5.1 Modalidade:** ( X ) Presencial ( ) Telepresencial (ao vivo) ( ) À distância

**6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO** (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “e”)

|                                               |                           |
|-----------------------------------------------|---------------------------|
| Tipo de evento                                | Seminário                 |
| Plataforma para acesso (quando couber)        | presencial                |
| Docentes                                      | ROSEMEIRE LOPES FERNANDES |
| Número total de participantes                 | 90                        |
| Carga horária total                           | 03 (três) horas-aula      |
| Período de realização                         | 26/09/2024                |
| É capacitação para desenvolvimento gerencial? | Não                       |

**7. MODELO DE GESTÃO DO TREINAMENTO** (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “f”)

A concepção, coordenação técnico-administrativa e fiscalização será realizada pela Escola Judicial.

**7.1** A gestão e a fiscalização do contrato obedecerão ao Ato GP nº 746/2023, que dispõe, inclusive, sobre a atuação dos(as) fiscais e gestores(as) de contratos de prestação de serviços, locação, concessão e permissão de uso de bens, compras, obras e serviços de engenharia e arquitetura no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, bem como pelos arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/2021, devendo ainda ser observado o seguinte:

**7.1.1** A gestão administrativa e a fiscalização do contrato caberá ao (à) Escola Judicial, a quem competirá gerenciar quaisquer alterações decorrentes da contratação, recebimento do objeto e por atestar as notas fiscais para pagamento, na condição de representante do contratante.

## 8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “g”)

**8.1.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, no prazo máximo de **até 5 (cinco) dias úteis** contados da finalização da liquidação.

a) A CONTRATADA, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato**, deverá providenciar o credenciamento no Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - (SIGEO-JT) para viabilizar o pagamento da fatura vincenda no curso da execução do contrato.

(Para instruções deve ser acessado o seguinte link:  
[https://docs.google.com/document/d/1l4hln6y4i2nAlXuTrkBcTYmMtiMzN\\_8Ebv6Bbd7Edvg/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/document/d/1l4hln6y4i2nAlXuTrkBcTYmMtiMzN_8Ebv6Bbd7Edvg/edit?usp=sharing))

b) **A CONTRATADA deverá emitir e protocolar a nota fiscal no sistema SIGEO-JT**, acompanhada da regularidade fiscal e trabalhista (CND-Federal, CRF e CNDT ou SICAF), para fins de validação/atesto pelo fiscal do contrato e posterior liquidação, que caracterizará o **recebimento definitivo**.

c) O **prazo de liquidação** será de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal **com ateste**.

d) Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

e) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

f) O CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

g) Constatando-se junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

h) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

i) Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

j) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

k) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

l) A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida LC.

m) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

n) No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA de correção monetária.

## **9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR** (Correlação com Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “h”)

A indicação da profissional foi feita pela unidade demandante (SEE), com anuência do corpo Diretivo desta Escola Judicial.

### **9.1 Enquadramento legal**

Trata-se de contratação da juíza aposentada Rosemeire Lopes Fernandes, sendo necessário o enquadramento na hipótese de inexigibilidade de licitação, prevista no inciso III, alínea f, do art. 74 da Lei n. 14.133.

#### **9.1.1 Da inviabilidade de competição**

A inexigibilidade de licitação decorre da impossibilidade de se estabelecer uma competição entre os possíveis interessados, seja pelo fato de que aquele prestador é o único que atende às peculiaridades do objeto contratual pretendido, seja pela impossibilidade de comparação objetiva entre as propostas, eis que se trata de serviço eminentemente intelectual, cuja produção atrela-se especificamente à técnica única de abordagem e modelagem, inerentes a cada profissional ou empresa do ramo.

### 9.1.2 Da notória especialização

Rosemeire Lopes Fernandes é juíza do Trabalho aposentada do TRT 5ª Região/BA, Coordenadora Nacional do Programa TJC da Anamatra, Gestora Regional do Programa Trabalho Seguro do TRT 5, Representante do TRT 5 no Comitê Gestor da Agenda Bahia de Trabalho Decente e no Conselho Deliberativo do FUNTRAD - Fundo de Promoção do Trabalho Decente do Estado da Bahia, ex-Presidente da AMATRA 5, ex-Diretora de Aposentados da AMATRA 5, ex-Diretora de Direitos Humanos de Cidadania da Amatra 5, ex-Diretora de Eventos da ANAMATRA, integrante do Grupo de Estudos de Direito Antidiscriminatório da EJUD5, Graduada em Direito (Universidade Católica de Salvador) e em Economia (Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia).

#### 9.1.2.1. Instrutor

O currículo Lattes (<http://lattes.cnpq.br/9998873370061419>) da juíza aposentada Rosemeire Lopes Fernandes, anteriormente mencionado, consta na proposta.

### 9.3. Razão da Escolha

A profissional indicada possui notória especialização, conforme comprova o currículo anteriormente mencionado e que acompanha a proposta. Ressalte-se que o profissional em comento tem amplo conhecimento do tema. Além disso, a proposta do curso foi desenhada para atender a necessidade de desenvolvimento de competências deste TRT.

## 10. JUSTIFICATIVA DO PREÇO (Art.6º, Inciso XXIII, alínea “I”)

### 10.1. O valor total da contratação é de R\$ 1.440,00.

O montante apresentado na proposta orçamentária enviada pela profissional convidada, constitui-se em **valor bruto** que engloba:

- pró-labore pela carga horária de 03 (três) hora-aula, cobertura de despesas com deslocamentos terrestres e incidência de impostos e taxas governamentais

No presente caso, o valor constante da proposta orçamentária em anexo, visa a remunerar a profissional pela sua participação de três horas-aula, além da cobertura das despesas acima mencionadas, estando o valor de cada hora-aula abaixo dos parâmetros definidos na Tabela de Remuneração dos Profissionais de Ensino Contratados por este Regional com titulação de mestre (Anexo I do ATO TRT5 n.º 0428/2014). A proposta orçamentária foi aprovada pela Direção desta Escola Judicial.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “j”)

**11.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

**11.2** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão / Unidade: EJD – Escola Judicial do TRT5

Fonte de Recursos: 1499000000

Programa de Trabalho: 02.122.0033.4256.0029 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Bahia

151062024000014 – INSTRUTORIA EXTERNA - NFA – despesa com instrutores externos em ações de formação e capacitação de MAGISTRADOS e SERVIDORES realizados pelo Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento da SEJUD (Projeto Estratégico – PTDS/ATCT).

Plano Interno: P.O.: 0000 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Despesas Diversas.

## **12. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:**

A contratação possui critérios de sustentabilidade e/ou observou as práticas sustentáveis do Guia de Contratações?

( ) Não

( x ) Sim - discrimine a seguir:

Não foi exigido material por escrito para a ação educacional proposta.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**13.1** São obrigações do órgão contratante, além daquelas dispostas em lei:

**13.1.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

**13.1.2** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações decorrentes do contrato.

**13.1.3** Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.

**13.1.4** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, comunicando à contratada as ocorrências que exijam medidas corretivas.

**13.1.5** Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei e neste Termo de Referência.

**13.1.6** Sustar a execução do curso caso esteja em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**14.1** São obrigações da contratada, além daquelas dispostas em leis e normas pertinentes:

**14.1.1** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da contratação.

**14.1.2** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado ao CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

**14.1.3** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**14.1.4** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos.

**14.1.5** Garantir o sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los.

**14.1.6** Atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região instituída pelo Ato TRT5 n. 468/2022 e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018;

**14.1.7** Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.

#### **15. SANÇÕES APLICÁVEIS**

**15.1.** Resguardados os direitos que a Administração têm de aplicar as penalidades legalmente previstas, no caso de inadimplemento parcial ou total do objeto do presente certame serão aplicadas as seguintes multas obedecendo ao disposto na Lei n. 14.133:

**15.1.1.** Inexecução parcial do contrato: multa compensatória de 1% (um por cento), por dia de inexecução, incidente sobre o valor do objeto inadimplido. Será considerada inexecução parcial do contrato a prestação do curso com atrasos acima de 30 minutos ou carga horária total inferior a 90% (noventa por cento) do que fora contratada.

**15.1.2.** Inexecução total do contrato: multa compensatória de 1% (um por cento), incidente sobre o valor integral do objeto contratado. Será considerada inexecução total do contrato a prestação do curso com carga horária total inferior a 50% (cinquenta por cento) do que fora contratada.

**16. DADOS PARA PAGAMENTO:**

**NOME:** ROSEMEIRE LOPES FERNANES

**CPF:** 254.372.165-72

**BANCO:** BANCO DO BRASIL

**AG:** 4881-X

**C/C:** 101.420-X

Salvador, 12 de setembro de 2024.

ANA PAOLA SANTOS MACHADO DINIZ  
Desembargadora do TRT5 e Diretora da EJUD5

ANA PAOLA  
SANTOS  
MACHADO  
DINIZ:28241



Assinado de forma digital por ANA  
PAOLA SANTOS MACHADO  
DINIZ:28241  
Data: 2024.09.12 12:44:46 -03'00'